

Universidade Federal de Minas Gerais

Escola de Enfermagem

**IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO
PERMANENTE COMO INSTRUMENTO DE
CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE E
ORGANIZAÇÃO DO COTIDIANO DE TRABALHO DA
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE IGUATU - CE**

SOLANGE PEREIRA QUEIROZ

IGUATU

2013

Solange Pereira Queiroz

**IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO
PERMANENTE COMO INSTRUMENTO DE
CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE E
ORGANIZAÇÃO DO COTIDIANO DE TRABALHO DA
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE IGUATU - CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde coordenado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

Orientadora: Prof.^a Allana dos Reis Corrêa

Iguatu - CE

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Queiroz, Solange Pereira

Implantação do Núcleo de Educação Permanente como instrumento de capacitação do corpo docente e organização do cotidiano de trabalho da Escola de Saúde Pública de Iguatu - CE. [manuscrito] / Solange Pereira Queiroz. - 2013.

30 f.

Orientadora: Allana dos Reis Corrêa

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo Iguatu-CE, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante. 3. Educação em Saúde/recursos humanos. 4. Centros Educacionais de Áreas da Saúde. 5. Docentes. I. Corrêa, Allana dos Reis. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III. Título.

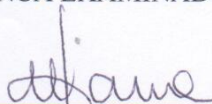
Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

Solange Pereira Queiroz

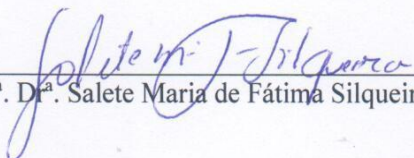
**IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO
INSTRUMENTO DE CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE E
ORGANIZAÇÃO DO COTIDIANO DE TRABALHO DA ESCOLA DE SAÚDE
PÚBLICA DE IGUATU - CE**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Fortaleza/CE

BANCA EXAMINADORA:



Prof^a. Allana dos Reis Corrêa (Orientadora)



Prof^a. D^a. Salete Maria de Fátima Silqueira

Data de aprovação: 05 de agosto de 2013

Iguatu - CE
2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem Ele, nada seria possível e eu não estaria aqui, desfrutando destes momentos que, para mim, são tão importantes.

Aos meus familiares, aos meus pais José Sidnei e Maria do Carmo, ao meu irmão Marcelo, pelo carinho, incentivo e apoio. Vocês são meu norte, minha referência de vida pessoal e profissional.

Ao meu colega de trabalho Joab Soares, pela oportunidade a mim oferecida e confiança sempre em mim depositada.

À minha orientadora Allana pelo apoio e incentivo para conclusão deste trabalho.

“Gosto de ser gente porque, incapado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do incapamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado.”

Paulo freire

RESUMO

O presente trabalho consiste em um projeto de intervenção a ser realizado na Escola De Saúde Publica de Iguatu (ESPI). A ESPI foi criada para atender a demanda da Região Centro Sul do Estado do Ceará e tem como missão desenvolver estratégias de intervenção no campo da formação técnica e capacitação dos trabalhadores de saúde, à luz da legislação vigente, do Plano Regional para a Educação Permanente em Saúde, dos conceitos e princípios da Educação Permanente, do parecer do Conselho Nacional de Educação/CEB 17/97 e do Plano Municipal de Saúde do Município de Iguatu - CE. As diretrizes pedagógicas da escola são calcadas nos princípios básicos de interdisciplinaridade, ética, valores humanos, diversidade e pluralidade com enfoque nos problemas cotidianos das práticas das equipes de saúde, da inserção de forma institucionalizada no processo de trabalho, gerando compromisso entre os trabalhadores, os gestores, os usuários para o desenvolvimento institucional e individual; da transformação das práticas e da utilização de pedagogias centradas na resolução de problemas. Após realizar o diagnóstico situacional da ESPI foi percebida a dificuldade dos docentes na compreensão e aplicação da metodologia proposta (metodologia da problematização), como também no preenchimento dos instrumentos pedagógicos utilizados nos cursos ofertados pela Escola. Diante da relevância destes problemas e considerando a necessidade de adequar os processos de capacitação do corpo docente, propôs-se a realização deste projeto com o objetivo de Implantar um Núcleo de Educação Permanente para a capacitação e formação continuada do corpo docente em relação aos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos pela Escola de Saúde Pública de Iguatu – CE. Com base na proposta do curso de especialização, foi elaborado um plano de intervenção para implantação de um núcleo de educação permanente para capacitação do corpo docente da Escola visando melhorias nos processos de trabalho e condução homogênea dos cursos ministrados. Espera-se que a proposta de implantação do núcleo de educação permanente para capacitação do corpo docente facilite a compreensão do docente sobre os processos metodológicos utilizados na instituição.

Descritores: Educação Permanente em Saúde, Escolas Técnicas, Processo de Trabalho.

ABSTRACT

This work consists of an intervention project to be held in the School of Public Health Iguatu (ESPI). The ESPI was created to meet the demand of the South Central Region of the State of Ceará and aims to develop intervention strategies in the field of technical education and training of health workers in the light of current legislation, the Regional Plan for Continuing Education in Health, concepts and principles of Continuing Education, the opinion of the National Council of Education / CEB 17/97 and the Municipal Health Plan of the Municipality of Iguatu - EC. The school pedagogical guidelines are predicated on the basic principles of interdisciplinarity, ethics, human values, diversity and focusing on the problems of everyday practices of health teams, inserting institutionalized form in the work process, generating commitment among workers, managers, users to develop institutional and individual; processing practices and use of pedagogies focused on problem solving. After conducting the situational analysis of ESPI was perceived difficulty of teachers in the understanding and application of the proposed methodology (problem methodology), but also in filling the pedagogical tools used in the courses offered by the School. Given the importance of these issues and considering the need to tailor the training processes of the faculty, it was proposed this project in order to deploy a Center of Continuing Education for the training and continuing education of faculty in relation to the processes of teaching-learning developed by the School of Public Health Iguatu - EC. On the proposal of the specialization course, was prepared a contingency plan to implement a core continuing education training for the faculty of the School for improvements in work processes and homogeneous of driving courses. It is expected that the proposed deployment of core continuing education training for faculty facilitates the understanding of teaching about the methodological processes used in the institution.

Descriptors: Permanent Health Education, Technical Schools, Work Process

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	14
2.1.	A Educação na área da Saúde – Educação Continuada X Educação Permanente.....	14
2.2.	Políticas de Educação Permanente na Saúde - Bases Legais	17
2.3.	Educação Permanente – transformando o processo do trabalho no setor saúde.	19
3	OBJETIVO.....	21
4	JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO	22
5	METODOLOGIA.....	23
6	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	24
7	ORÇAMENTO	26
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é a maior política brasileira de inclusão social e vem passando por um processo histórico de mudanças em busca de sua consolidação e efetivação de seus princípios. Neste percurso, acompanhamos avanços e também problemas que persistem.

A desvalorização dos trabalhadores da saúde, a precarização das relações de trabalho, a pouca participação na gestão dos serviços, o frágil vínculo com os usuários e o despreparo dos profissionais e demais trabalhadores para lidar com a dimensão subjetiva de toda prática da saúde configuram-se como obstáculos para concretização do SUS, tanto na assistência quanto na formação dos profissionais (BRASIL, 2004)

O SUS, fruto das lutas sociais por saúde, expressa em seu ideário o sonho de um sistema de saúde universal, equânime, altamente resolutivo, acolhedor, responsável e capaz de contribuir para o desenvolvimento da autonomia das pessoas e das populações para um andar a vida com mais saúde; expressa *políticas* e não unidade programática, identidade de propostas entre os entes federados, correspondência entre legislativo-executivo-judiciário (MENDES, 2011).

Os Pólos de Educação Permanente em Saúde surgiram com o intuito de viabilizar o acesso massivo de parceiros da sociedade para a implantação de um SUS com elevada implicação com a qualidade de saúde, com a promoção da vida e com a valorização dos trabalhadores e dos usuários, empreendendo o esforço da formação e do desenvolvimento para um SUS que queremos (Conferência Nacional de Saúde, 2003), interpretado muito mais pelas deliberações das Conferências de Saúde, que pelas *decisões* dos gestores e dos Conselhos de Saúde.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (EPS) lançada pelo Ministério da Saúde através da Portaria 198, de fevereiro de 2004, possibilita a identificação das necessidades de formação e de desenvolvimento dos trabalhadores da área da saúde e a construção de estratégias e processos que qualifiquem a atenção e a gestão em saúde, fortalecendo o controle social

com o objetivo de produzir um impacto positivo sobre a saúde individual e coletiva da população (BRASIL, 2009)

A Educação Permanente em Saúde é uma proposta político-pedagógica que coloca o cotidiano do trabalho – ou da formação – em constante análise, construindo espaços coletivos para a reflexão e avaliação de sentido dos atos produzidos no cotidiano. O objeto de transformação é o sujeito no processo de trabalho, orientado para melhoria da qualidade da atenção à saúde (BRASIL, 2009).

Entendendo a educação permanente como um instrumento pedagógico de transformação do trabalho e do desenvolvimento permanente dos trabalhadores, individual e coletivamente, podemos com a sua implantação no espaço institucional, buscar o nosso principal objetivo: a compreensão da saúde na sua complexidade, a integralidade no atendimento e a melhoria da qualidade do serviço de saúde oferecido à população.

A lógica da EPS é descentralizadora, ascendente e transdisciplinar, visa promover a democratização institucional, incentivar a capacidade de aprendizagem e o enfrentamento criativo das demandas e necessidades de saúde. Inovar nas ações de educação em saúde, colocar em pauta os modos de pensar e sentir dos trabalhadores e gestores, criar capacidade de sair de si mesmo para entender a lógica do outro e, a partir disso, reconstruir a história do sujeito - respeitando a sua singularidade - e das instituições - enquanto espaço coletivo de decisão democrática viabiliza um trabalho efetivo de Educação Permanente.

A Educação Permanente em Saúde apresenta-se como uma proposta de ação estratégica capaz de contribuir para a transformação dos processos formativos, das práticas pedagógicas e de saúde e para a organização dos serviços, empreendendo um trabalho articulado entre o sistema de saúde, em suas várias esferas de gestão, e as instituições formadoras (BRASIL, 2004)

Dentro desta proposta de Educação Permanente, em 19 de maio de 2005, a Câmara Municipal de Iguatu aprovou a Lei nº 1020/2005 que dispõe sobre a criação da Escola de Formação e Educação Permanente em Saúde do município de Iguatu, adotando como nome de fantasia Escola de Saúde

Pública de Iguatu (ESPI). Esta unidade foi criada para atender a demanda da Região Centro Sul do Estado do Ceará, composta pelas Microrregionais de Saúde: 17º Microrregião ICÓ e 18º Microrregião IGUATU, quanto à institucionalização de uma Instância Loco-regional de Articulação da Educação Permanente em Saúde.

A ESPI tem como missão desenvolver estratégias de intervenção no campo da formação técnica e capacitação dos trabalhadores de saúde, à luz da legislação vigente, do Plano Regional para a Educação Permanente em Saúde, dos conceitos e princípios da Educação Permanente, do parecer do Conselho Nacional de Educação/CEB 17/97 e do Plano Municipal de Saúde do Município de Iguatu.

A ESPI propõe diretrizes pedagógicas calcadas em princípios básicos da interdisciplinaridade, da ética, dos valores humanos, da diversidade, da pluralidade; do enfoque nos problemas cotidianos das práticas das equipes de saúde; da inserção de forma institucionalizada no processo de trabalho, gerando compromisso entre os trabalhadores, os gestores, os usuários para o desenvolvimento institucional e individual; da transformação das práticas e da utilização de pedagogias centradas na resolução de problemas.

Durante os seus 8 anos de existência, a escola capacitou profissionais e usuários do SUS em diversas áreas de conhecimento através de um quadro de professores com formação diversificada tanto em graduações quanto em pós-graduação.

Durante a minha experiência como professora da ESPI e após conversas informais com o diretor e o coordenador da ESPI, como também com os demais professores da instituição, percebeu-se a dificuldade dos docentes na compreensão e aplicação da metodologia utilizada (metodologia da problematização) na Escola de Saúde Pública, como também no preenchimento dos instrumentos pedagógicos utilizados nos cursos ofertados pela Escola.

Para abordar estas dificuldades foi constatada a necessidade de capacitação do corpo docente e, para isso, o ideal seria a estruturação de um

núcleo de educação permanente que abordasse com frequência estas e outras possíveis dificuldades identificadas no cotidiano da ESPI.

Assim, diante da relevância destes problemas e considerando a necessidade de adequar os processos de capacitação do corpo docente da Escola de Saúde Pública de Iguatu, propôs-se a realização deste projeto.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Educação na área da Saúde – Educação Continuada X Educação Permanente

A Educação na área da saúde vem passando por muitas modificações, tanto nas concepções, quanto nos conceitos, sendo acrescida de informações de acordo com o momento sociopolítico e econômico vigente no país.

A educação dos profissionais de saúde não configurou, na história de lutas da reforma sanitária, um núcleo de conhecimentos e práticas específico, embora reiterada a necessidade de sua transformação em todas as instâncias de controle social (CECIM, 2004).

Os processos educativos realizados para o desenvolvimento dos trabalhadores de saúde apenas se destinavam a categorias profissionais específicas, desconheciam coletivos, sentido de equipe de forma ampla e articulada ao sistema de saúde, visando apenas às capacitações, os treinamentos e os cursos.

A educação em saúde era pensada, muito mais como interesse da instituição, do que do profissional. Neste contexto surge a Educação Continuada com o intuito de atualizar os profissionais de saúde, para que estes pudessem exercer suas funções com melhor desempenho (BRASIL, 2009)

Dilly e Jesus (1995) compreendem que a educação continuada implica em práticas necessárias para o desenvolvimento do indivíduo, tornando-o, conseqüentemente, mais qualificado para atuar na sua função e na vida institucional.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 1978), a Educação continuada é um processo permanente que se inicia após a formação básica e tem como intuito atualizar e melhorar a capacidade de uma pessoa ou grupo, frente à evolução técnico-científica e às necessidades sociais.

Em 1986, na I Conferência Nacional de Recursos Humanos para Saúde, o conceito de Educação Continuada foi discutido, como sendo “um processo

organizado, permanente, sistemático, direcionado a clientes institucionais, com uma política de saúde definida, tendo em vista a real necessidade dos usuários” (BRASIL, 1986, p.164).

A Conferência Nacional de Recursos Humanos para Saúde, de 1990, também registrou a necessidade da educação continuada para os profissionais de saúde em serviço, no entanto, se percebe nestes registros, que a educação em saúde, continua desvinculada das práticas concretas do trabalho (BRASIL, 1990)

Em 1988, com a incorporação das principais diretrizes da 8ª Conferência Nacional de Saúde, à Constituição Federal, a saúde passa a ser considerada na sua complexidade, como direito que se afirma enquanto política, com as dimensões de garantia de acesso universal, qualidade e hierarquização. Passa a ser reconhecida como bem-estar, satisfação, bem coletivo e direito, buscando estabelecer rupturas com as condições de desigualdades das relações sociais, levando em conta as diferentes culturas e formas de cuidado.

Para este novo cenário da saúde, as práticas educativas até então adotadas, já não se mostravam eficazes. Faz-se necessário reorganizar os processos educativos no sentido de adequá-los aos princípios, diretrizes e estratégias do SUS (FEUEWERKER, 2003).

Feuerwerker (2003), afirma que a educação profissional deve estar orientada aos problemas mais relevantes da sociedade, de modo que a seleção de conteúdos essenciais deve ser feita com base em critérios epidemiológicos e nas necessidades de saúde. E não só centrada na doença, no modelo hospitalocêntrico, como tradicionalmente os currículos nos impunham.

Para Paim (1992), a educação em saúde é um processo de formação ao longo da vida profissional, alimentando-se das inovações tecnológicas e da recriação das práticas, cujos conteúdos próprios seriam também gerados por esse processo contínuo. Ou seja, há a concepção de que o processo educacional se dá de forma gradual e permanente. Assim, uma nova proposta de educação toma forma, a Educação Permanente em Saúde.

A Educação Permanente parte do pressuposto da aprendizagem significativa, que promove e produz sentidos, e sugere que a transformação das práticas profissionais esteja baseada na reflexão crítica sobre as práticas reais, de profissionais reais, em ação na rede de serviços. Esta proposta é, neste sentido, a realização do encontro entre o mundo de formação e o mundo do trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e do trabalho (BRASIL, 2004).

Diferentemente da educação continuada, na educação permanente a atualização técnico – científica, não é o foco central, é apenas um dos aspectos da transformação das práticas. A proposta é que os processos de qualificação dos trabalhadores da saúde tomem como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e do controle social em saúde e tenham como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho e sejam estruturadas a partir da problematização da atuação setorial em saúde (BRASIL, 2004). O Quadro 1 mostra as características e diferenças entre Educação Continuada e Educação Permanente.

Quadro 1 – Características e diferenças entre Educação Continuada e Educação Permanente

Educação Continuada	Educação Permanente
O conhecimento define as práticas.	As práticas são definidas por múltiplos fatores como conhecimento, valores, relações de poder, organização do trabalho. Trabalha-se com a aprendizagem significativa
O objetivo principal é a atualização de conhecimentos específicos.	O objetivo principal é a transformação das práticas
O público alvo são profissionais específicos, de acordo com os conhecimentos a trabalhar.	O seu público alvo são as equipes de atenção e de gestão, em qualquer esfera do sistema.

<p>O modo de operar é descendente – Identifica temas e conteúdos a serem trabalhados com os profissionais, sob o formato de cursos.</p>	<p>O modo de operar é ascendente – A partir da análise coletiva dos processos de trabalho, identifica-se os nós críticos enfrentados na atenção ou na gestão; possibilita a construção de estratégias contextualizadas que promovem o diálogo entre as políticas gerais e a singularidade dos lugares e pessoas</p>
<p>As atividades educativas são construídas de maneira desarticuladas em relação à gestão, à organização dos sistemas e do controle social. São fragmentadas e se esgota em si mesma.</p>	<p>As atividades educativas são construídas de maneira ascendente, levando em conta as necessidades específicas de profissionais e equipe, e de maneira articulada com as medidas para a organização do sistema (atenção, gestão e controle social articulados).</p>

Fonte: Ministério da Saúde / Secretaria de gestão do trabalho e da educação na saúde (SGTES) / Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), 2004.

2.2. Políticas de Educação Permanente na Saúde - Bases Legais

A partir da criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, o Ministério da Saúde assumiu o papel, definido na legislação, de gestor federal do SUS no que diz respeito à formulação das políticas orientadoras da formação, desenvolvimento, distribuição, regulação e gestão dos trabalhadores da Saúde, no Brasil (BRASIL, 2004)

O Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES) ficou responsável pela proposição e formulação das políticas relativas à formação, ao desenvolvimento profissional e à educação permanente dos trabalhadores da saúde em todos os níveis de escolaridade; à capacitação de profissionais de outras áreas em saúde, de integrantes dos movimentos sociais e da população, para fortalecer a articulação intersetorial, incentivar a participação e o controle social no setor da saúde; à interação com a escola básica no tocante aos conhecimentos sobre saúde para a formação da consciência sanitária (BRASIL, 2004).

Em setembro de 2003, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Política Nacional de Educação e Desenvolvimento para o SUS: caminhos para a Educação Permanente em Saúde, apresentada pelo Ministério da Saúde por meio do DEGES. O DEGES propõe a adoção da educação permanente como estratégia fundamental para a recomposição das práticas de formação, atenção, gestão, formulação de políticas e participação da sociedade no setor da saúde, viabilizada por meio dos Pólos de Educação Permanente para o SUS (BRASIL, 2004).

Deste ponto de vista, o gestor federal, proponente da educação permanente em saúde para o SUS, desencadeou um processo de constituição de uma gestão colegiada da educação permanente em saúde, quebrando assim a regra da verticalidade única e hierarquizada nos fluxos organizativos. Também supera a racionalidade gerencial hegemônica e a tradicional concepção educativa dos treinamentos para pessoal de serviço. (CECCIM et al., 2004).

Em 13 de fevereiro de 2004, o Ministério da Saúde (MS), com o objetivo de articular a educação com o mundo do trabalho de forma descentralizada, ascendente e transdisciplinar, instituiu através da **Portaria GM/MS nº 198**, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor.

Essa proposta de educação investe na promoção de mudanças nos processos formativos, nas práticas pedagógicas, propiciando uma integração entre os diversos serviços de saúde e possibilita a identificação das necessidades de formação e de desenvolvimento dos trabalhadores da área da saúde contribuindo para a construção do trabalho em equipe na perspectiva de criação de novos modos de operar em saúde: mais cuidadoso, mais integral, com vínculos, com responsabilização e resolutividade.

Recentemente esta portaria foi alterada pela Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre novas diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde adequando-a as diretrizes operacionais e ao regulamento do Pacto pela Saúde.

Esta nova portaria reafirma os princípios da Educação Permanente em Saúde como norteadores para a construção dos Planos Regionais/Estaduais de Educação Permanente em Saúde e das ações educativas na saúde e discute sobre a gestão da educação na saúde (formação e desenvolvimento), não como uma ação simplesmente técnica, mas de natureza tecnopolítica, visto que envolve mudanças nas relações, nos processos, nos atos de saúde, nas organizações e nas pessoas.

A condução regional desta política deve ser realizada por meio dos Colegiados de Gestão Regional, com a participação das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço-CIES (BRASIL, 2007).

2.3. Educação Permanente – transformando o processo do trabalho no setor saúde.

A Educação Permanente em Saúde constitui estratégia fundamental às transformações do trabalho no setor para que se torne um lugar de atuação crítica, reflexiva, propositiva, compromissada e tecnicamente competente. É necessário, todavia, descentralizar e difundir capacidade pedagógica por dentro do setor, isto é, entre seus trabalhadores; entre os gestores de ações, serviços e sistemas de saúde; entre trabalhadores e gestores com os formadores e entre trabalhadores, gestores e formadores com o controle social em saúde (BRASIL, 2004).

Segundo Feuerwerker (2002), e Feuerwerker, Llanos e Almeida (1999), as instituições formadoras, no setor saúde, têm perpetuado modelos essencialmente conservadores, centrados em aparelhos e sistemas orgânicos e tecnologias altamente especializadas, dependentes de procedimentos e equipamentos de apoio diagnóstico e terapêutico.

De modo geral, os profissionais da saúde, não visualizam o trabalho como relacional. São preparados para atender, diagnosticar e recomendar tratamento, esquecendo na maioria das vezes que o paciente com a doença não perde a vulnerabilidade inerente a todo ser humano, necessitando de atenção, carinho e respeito.

Os serviços de saúde precisam humanizar suas práticas, o trabalhador sujeito-cidadão do cuidado, é quem determina, em última instância, a qualidade e a eficácia do tratamento e do cuidado.

A educação permanente, neste contexto, propõe a partir dos problemas enfrentados na atenção à saúde e levando em consideração os conhecimentos e as experiências que os profissionais já têm e as necessidades de saúde dos usuários, reorganizarem os serviços para que eles também funcionem como espaços de aprendizagem e transformação das práticas existentes.

A Educação Permanente em Saúde apresenta-se como uma proposta de ação estratégica capaz de contribuir para modificar os processos formativos, as práticas pedagógicas e de saúde e a organização dos serviços, empreendendo um trabalho intersectorializado entre o sistema de saúde, em suas várias esferas de gestão, e as instituições formadoras (BRASIL, 2004).

Segundo Rovere (2005), o desafio da política brasileira foi o de “ultrapassar a utilização pedagógica de natureza educacional” da formulação trabalhada pela Organização Pan-Americana da Saúde, relativa à Educação Permanente do Pessoal da Saúde, para implicá-la com o caráter situacional das aprendizagens nos próprios cenários de trabalho da saúde, em todas as suas dimensões.

A Educação Permanente em Saúde apresenta-se para o setor da saúde, como uma proposta de ação estratégica capaz de contribuir para a transformação não só dos processos formativos, mas principalmente das práticas pedagógicas, de saúde e para organização dos serviços. Ao se colocar em evidência a formação para o SUS, por meio da construção da educação permanente, propõe-se a agregação entre desenvolvimento individual e institucional; entre serviços e gestão; e entre atenção e controle social, visando à implementação dos princípios e das diretrizes constitucionais do SUS (BRASIL, 2004).

3 OBJETIVO

Implantar um Núcleo de Educação Permanente para a capacitação e formação continuada do corpo docente em relação aos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos pela Escola de Saúde Pública de Iguatu – CE.

4 JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO

Para fazer parte do corpo docente da Escola de Saúde Pública de Iguatu, o profissional se submete a uma análise curricular, onde se consideram pontos primordiais como, por exemplo, ter no mínimo especialização, além de experiência comprovada na área de docência.

Após análise e seleção de currículo, o professor passa a fazer parte de um quadro de professores onde, por afinidade com o curso a ser ofertado, como também com a disciplina a ser ministrada, o mesmo é convidado a ministrar a referida disciplina.

No projeto político pedagógica da ESPI, indica a metodologia que deve ser utilizada durante o desenvolvimento das aulas – metodologia da problematização -, no entanto não existe um momento de acolhimento ou capacitação com este professor para que o mesmo desenvolva a metodologia sugerida no documento citado anteriormente.

O projeto político pedagógico também não sugere nenhuma forma de capacitação ou abordagem de apresentação da metodologia para com estes professores.

Após a conclusão da disciplina, os professores são orientados a preencherem alguns formulários para avaliação de desempenho pessoal e profissional, como também de avaliação dos alunos e, conseqüentemente da forma de transmissão do conteúdo ministrado. Estes impressos são fundamentais para uma avaliação satisfatória de todo o processo ensino-aprendizagem, os quais não são preenchidos adequadamente, dificultando ou mesmo impedindo a avaliação deste processo.

Alguns alunos também foram ouvidos, os quais também relataram a falta de padronização das metodologias utilizadas pelos professores.

Diante destes fatos, faz-se necessária a capacitação dos docentes que compõem o quadro de professores da Escola para que as propostas do projeto político pedagógico sejam efetivamente concretizadas.

5 METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Gestão Pedagógica propiciou a reflexão da realidade das Escolas Técnicas do SUS, provocando inquietações frente a situações novas e corriqueiras. A partir destas inquietações nasceu a necessidade de conhecer com mais clareza os fatores que poderiam contribuir na oferta de serviços mais eficientes e eficazes da Escola de Saúde Pública de Iguatu. O Trabalho de Conclusão do Curso tornou possível a reflexão destas situações fatores para que enfim pudéssemos fazer esta proposta interventiva.

Com base na proposta da Especialização, foi elaborado um plano de intervenção para implantação de um núcleo de educação permanente para capacitação do corpo docente da Escola visando melhorias nos processos de trabalho e condução homogênea dos cursos ministrados pela escola.

A intervenção é fundamental para promover a mudança no comportamento de grupos de qualquer natureza e em seus processos de trabalho, seja no ambiente familiar ou nas instituições. Esta será realizada na Escola de Saúde Pública de Iguatu visando contribuir para implantar um núcleo de educação permanente como instrumento de capacitação do corpo docente e organização do cotidiano de trabalho da escola

Após realizar o diagnóstico situacional a partir de observações no cotidiano da Escola e conversas informais realizadas com os professores da instituição, foi identificada a dificuldade dos docentes na compreensão da metodologia utilizada na Escola de Saúde Pública, como também a dificuldade no preenchimento dos instrumentos pedagógicos utilizados nos cursos ofertados pela Escola. Para tanto foi realizada uma revisão de literatura sobre educação permanente e diante deste embasamento teórico foi elaborada a proposta de intervenção visando alcance do objetivo definido.

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Após identificar uma real necessidade de padronização da metodologia utilizada na escola, foi elaborada uma proposta de intervenção que tem como objetivo implantar um núcleo de educação permanente que atue na capacitação do corpo docente da Escola de Saúde Pública de Iguatu-CE. Para tal objetivo, foram estabelecidas metas e ações a serem desenvolvidas pelos profissionais envolvidos nesta atividade.

META 1- Apresentação do projeto à instituição

Objetivos específicos	Ações/atividades	Responsáveis	Cronograma
Apresentar a proposta de intervenção a Direção da Escola	Agendar apresentação da proposta de intervenção	Autora do projeto	Agosto/2013

META 2 – Definição da equipe de trabalho e atribuição de funções

Objetivos específicos	Ações/atividades	Responsáveis	Cronograma
Definir equipe de trabalho, com atribuições específicas de funções de cada um deles.	Sugerir dentre os profissionais que trabalham na ESPI, pessoas que apresentem perfil para a função que lhe foi oferecida, como também definir atribuições.	Autora do Projeto	Setembro/2013

META 3- Definição de conteúdos, habilidades e competência que devem compor a formação dos docentes.

Objetivos específicos	Ações/atividades	Responsáveis	Cronograma
Definir conteúdos, habilidades e competência que devem compor a formação dos docentes.	Programar oficinas para repensar e reestruturar o projeto político-pedagógico	Autora do projeto, representantes e professores da Escola	Outubro/2013

META 4- Elaboração de um programa de curso de capacitação de docentes facilitadores

Objetivos específicos	Ações/atividades	Responsáveis	Cronograma
Elaborar um programa de curso de capacitação para docentes facilitadores.	Planejar o conteúdo programático, carga horária e calendário do curso.	Autora do projeto, representantes e professores da Escola.	Novembro/2013

7 ORÇAMENTO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)*
Recursos Humanos	02 professores 01 coordenador 01 secretário	2.000,00
Notebook	01	1.000,00
Datashow	01	1.200,00
Material didático (livros, apostilas)	-	500,00
Total	-	4.700,00

* Valores aproximados, conforme pesquisa de mercado em abril/2013.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento deste trabalho, espera-se a compreensão do docente como sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem, a execução de projetos de educação em saúde, a compreensão da aplicação de documentos que norteiam os cursos ofertados pela Escola de Saúde Pública, além da aplicação da metodologia utilizada pela Escola no desenvolvimento dos cursos.

O plano de implantação do núcleo de educação permanente permitirá reestruturar as capacitações pedagógicas da escola, como também facilitará o entendimento do docente mediante os processos metodológicos utilizados na instituição.

A construção desta proposta foi um processo de amadurecimento e reflexão sobre a necessidade de melhorar os serviços prestados á comunidade e oportunizou a imersão nos processos de trabalho da escola contribuindo para uma avaliação critica sobre os processos que interferem de forma expressiva no cotidiano da Instituição.

A elaboração de uma proposta de intervenção a partir do diagnóstico de problemas reais oportunizou a reflexão de processos de trabalho bem como a necessidade de mobilização de profissionais ligados à instituição o que poderá somar na etapa de concretização do projeto proposto.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde – Relatório Final**. Secretaria de Recursos Humanos. Brasília, DF, 1986.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde – Relatório Final**. Secretaria de Recursos Humanos. Brasília, DF, 1990.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria n. 198, de 13 de fevereiro de 2004**. Brasília, DF, 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde: pólos de educação permanente em saúde /** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual Humaniza SUS**. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília, DF, versão atualizada em janeiro/2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria MS/GM nº 399, de 22 de fevereiro de 2006**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 300 p. – (Série I. História da Saúde no Brasil).

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007**. Brasília, DF, 2007. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde** – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006).

CARVALHO, G.. et. al. **Avaliação de ações e serviços de saúde**. *Revista. O mundo da saúde*, São Paulo, ano 24 v. 24 Jan/Fev. – 2000.

CECCIM, R. B. **Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2005, v.10, n.4, p. 975-986. ISSN 1413-8123.

CECCIM, R. B. e FEUERWERKER, L. C. M. **O quadrilátero da formação para área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social.** PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 14 (1); p. 41-65, 2004.

Conferência Nacional de Saúde, 2003. **12ª Conferência Nacional de Saúde: Conferência Sérgio Arouca – saúde um direito de todos e um dever do Estado, a saúde que temos, o SUS que queremos:** Brasília, 7 a 11 de dez/2003: relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://sna.saude.gov.br/download/rel%20final%2012a%20CNS.pdf>

COSTA, N. de R. e RIBEIRO, J. M. **Políticas de saúde e inovação institucional: uma agenda para os anos 90.** Rio de Janeiro. 1996.

DILLY, C. M. L. e JESUS, M. C. P. **Processo educativo em enfermagem;** das concepções pedagógicas à prática profissional. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

FEUERWERKER, L. C. M.; LLANOS, C. M. e ALMEIDA, M.. **Educação dos profissionais de saúde na América Latina: Teoria e Prática de um movimento de mudança.** São Paulo, Hucitec, 1999.

FEUERWERKER, L. C. M. **Além do Discurso de mudança na educação médica: Processos e resultados.** São Paulo, Hucitec, 2002.

MENDES, J. M. R. e GARCIA, M. L. T., et al. **Gestão na saúde: da reforma sanitária às ameaças de desmonte do SUS.** Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 331 - 344, ago/dez. 2011.

MENDES, E. V. **Uma agenda para a saúde.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, J. A. O. S; TEIXEIRA, S. F. **(In) Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil.** Petrópolis. Vozes. 1996.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). Proyecto Yegiona de Educación Permanente em Salud. Washington, 1978.

PAIM, J. S. e NUNES, T. C. M. **Contribuições para um Programa de Educação** Continuada em Saúde Pública. Cadernos de Saúde Pública, Rj. Julho/Setembro, 1992.

RAGGIO, A. G. e HOMERO, C. **A permanente construção de um modelo de saúde.** CONESEMS–CE. Ceará, divulgação nº 16 Dez. 1996.